

Destaque Violência policial

Mães queixam-se que PSP agride filhos no Casal da Mira. “Tenho medo de os encontrar mortos”

“Ando todos os dias com o coração na mão”, desabafa Flor. Outra mãe nota que há mais rugas: “Entram logo à procura dos putos.” PSP diz que actua dentro da legalidade

Reportagem

Joana Gorjão Henriques Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Os prédios do Casal da Mira, na Amadora, são quase todos iguais, fileiras de branco, alaranjado e amarelo com pontos em azul. Ao longe parecem formar uma barreira entre duas cidades. Aqui vivem moradores de bairros que o Programa Especial de Realojamento (PER) deslocou como a Azinhaga dos Besouros, 6 de Maio ou Santa Filomena. Na rua encontram-se jovens e crianças, e poucas infra-estruturas de espaços verdes ou parques onde possam brincar.

É num dos cafés que encontramos Ana. Com 45 anos, há 18 a viver na Mira, Ana é mãe de quatro filhos, dos 20 aos 10 anos. É como mãe que quer partilhar a sua preocupação: “Sinto-me com medo, sinto-me ameaçada pela polícia. O que me incomoda é a maneira como eles entram. Como eles abordam o pessoal.”

Ana, nome fictício como o de todas as mães deste texto, nota um maior número de rugas. “Os putos não podem falar, nem podem perguntar o que se passa”, relata. Porque são agredidos pela polícia que era suposto protegê-los, acusa.

Nas últimas operações “não houve criança, não houve adolescente, não houve jovem, não houve mulheres, não houve idosos, não houve ninguém” que estivesse na rua e não tivesse sido mandado parar pela polícia, diz. “Toda a gente para a parede, toda a gente com as mãos na cabeça, toda a gente tinha de se identificar!”

A operação deve ter demorado umas três horas, segundo a sua memória.

Ana fala de idosos revoltados. E de pais, como ela, que começam por culpabilizar os filhos, porque acham que os polícias têm razão, mas que depois sentem que lhes deviam ter dado ouvidos.

Os jovens cresceram habituados a fazer vida de rua, a conviver com os vizinhos. Ana queixa-se de que basta estarem três ou quatro juntos para a polícia os abordar, sobretudo se já for de noite. Ultimamente, sair depois de jantar provoca-lhe medo. Há quem atire pedras, reconhece. “Os putos ficam revoltados, começam a fechar as estradas com sofás, com caixotes, a fazer fogueiras.”

Lemos nas notícias que a 14 de Novembro a PSP foi recebida com pedras e garrafas no Casal da Mira, que teve de fazer disparos de *shotgun*, e que foi chamada por causa de tumultos. A descrição jornalística usa uma linguagem próxima de um cenário de guerra.

Ana dá vários exemplos do que a indigna e assusta; sente-se o nervosismo na forma como intercala as frases e como respira ao contar o que se passou. Há uns quatro meses, estava a sair da lavandaria quando um amigo a chamou: “Onde é que estão os teus filhos? É melhor não subires, porque está toda a gente na parede.” Deviam ser umas nove e tal da noite. Ela subiu as escadas da rua e foi mesmo isso que viu, aponta – uma fila inteira com uns 20 metros cheia de gente encostada à parede. “E a polícia disse que eu não podia passar. Eu disse aos polícias que concordava que fossem ao bairro fazer o seu trabalho. Desde que façam como deve ser. Porque até as crianças de nove, dez anos vêem os polícias a entrar, já correm, já vão avisar os outros.”

A sensação é que os polícias entram logo à procura dos “putos de 15, 16 anos”. “Acham que agora quem está a fazer as merdas são os putos.” Há pelo menos uns dois anos que sente claramente que o alvo da polícia são aos jovens. “Eles acham que tudo o que os putos fazem é tráfico, é roubo – porque consideram que são os delinquentes. Os miúdos não são uns delinquentes.”

A presença policial não é novidade. No Casal da Mira até já entrou um tanque, numa operação



em 2012. “Chega um ponto que a nós, os pais, já afecta... A mim afectou psicologicamente.” E desabafa: “Às vezes meto a cabeça na cama e não consigo dormir.”

A criminalização do drill

Os períodos de intensidade da actuação da polícia com os jovens referidos coincidem com a criação pelo Governo, em Junho de 2022, da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta (CAIDJCV). A CAIDJCV pretende caracterizar a realidade “da delinquência juvenil e da criminalidade violenta” e produzir recomendações. “O aumento de crimes violentos, incluindo homicídios e tentativas,

cometidos por grupos de jovens contra outros jovens, fundamentalmente na Área Metropolitana de Lisboa nos últimos anos, é um dos motivos da criação da CAIDJCV”, explica a socióloga Maria João Leote de Carvalho, que pertence à comissão.

Nos Relatórios Anuais de Segurança Interna de 2021 e 2022 associa-se a violência de *gangs* ao *drill* e ao hip-hop. Isto gerou várias críticas (ver entrevista).

A socióloga começa por referir que não tem “dados que sustentem a afirmação” de que a “delinquência juvenil” está “colada à juventude de uma origem étnica, cor de pele ou grupo cultural



específico ou restrito às periferias”. Ressalva que “não se pode também negar como organizações criminais (algumas novas) exploram as vulnerabilidades sociais e pessoais dos jovens, não exclusivamente em zonas urbanas sensíveis, e os ‘rentabilizam’ para práticas de violência”.

Durante as audições que fizeram na CAIDJCV, o tema das músicas que apelam à violência ou que são usadas para práticas de crime foi “levantado por diversos intervenientes e não só das forças policiais”, justifica. “Foi destacado que ‘o *drill* não implica necessariamente conteúdo violento; o que sucede é que a criminalidade faz uso do *drill*.” Não é o decisor político ou a polícia quem o afirma. Em alguns crimes violentos entre jovens em Portugal, a música foi usada nessas práticas. “No caso do *drill*, o facto de ter grande sucesso junto de jovens, independentemente da origem social, étnica ou cultural, facilita o seu aproveitamento por alguns indivíduos e grupos. Não se pode generalizar a quem a ouve, mas também não ignorar o que ficou evidenciado nesses casos”, afirma.

A verdade é que, segundo denunciam Ana e outras moradoras com quem o PÚBLICO falou várias vezes, houve concertos de *drill*, incluindo durante a tarde, que foram proibidos pela polícia

As operações policiais musculadas têm sido recorrentes em bairros periféricos como o Casal da Mira, na Amadora, onde a população teme pela sua própria segurança: “Sinto-me com medo, sinto-me ameaçada pela polícia”, diz uma moradora



“Pergunto: posso ser condenada se mandar uma bofetada ao meu filho. Mas porque é que eles têm todo o direito de vir e bater nos nossos filhos?”

Ana (nome fictício)
Moradora no Casal da Mira (Amadora)

no Casal da Mira. O PÚBLICO questionou a PSP sobre estas alegadas interrupções, mas não obteve resposta.

De resto, dados do segundo relatório desta comissão sobre “delinquência juvenil” mostram taxas de incidência em distritos “de que não se fala habitualmente”, refere a socióloga. A taxa de incidência a nível global é, por exemplo, de sete casos por cada 10 mil jovens com idades até aos 24 anos, mas as taxas mais elevadas estão em Portalegre (16,4), Guarda (16,2) e Beja (15,3); Lisboa até estava abaixo da média nacional, com 6,6.

É no concelho de Lisboa que a PSP faz mais intervenções, segundo o gabinete de imprensa desta força de segurança, “pela sua dimensão, população residente e flutuante”.

Em vários relatórios internacionais, incluindo do Conselho da Europa, Portugal é apontado como um dos países que têm um problema persistente de violência policial, sobretudo contra populações negras e giganas.

Ana Rita Alves, antropóloga, publicou recentemente a tese de doutoramento *Para lá da perda: raça, deslocamento e o político* (Universidade de Coimbra), em que conclui que uma pessoa cigana tem 43 vezes mais probabilidade de ser morta pela polícia, e uma pessoa negra 21 vezes mais (ver texto ao lado).

Foi a partir do Casal da Mira que Ana Rita Alves fez várias entrevistas para o seu trabalho.

Voltando lá, e à conversa com Ana: ela questiona o que diz ser um sistema que proíbe os pais de bater nos filhos, mas permite que a polícia o faça. “Pergunto: posso ser condenada se mandar uma bofetada ao meu filho. Mas porque é que eles têm todo o direito de vir e bater nos nossos filhos?”

A PSP nega ao PÚBLICO o uso de violência no Casal da Mira. Diz que “adequa as suas modalidades e dispositivos de intervenção, ao nível do policiamento preventivo, operações programadas e resposta a incidentes/solicitações, de forma gradativa”. Refere que cumpre “os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, adequação e da mínima intervenção, dependendo do nível de ameaça e do risco a que as diferentes intervenções policiais aconselham”.

Como se resolve uma situação em que moradores se queixam de abusos e a polícia defende a sua actuação, veiculando em comunicados que foram eles os agredidos, perguntamos a Ana?

“Tinham de vir dentro do respeito. Muitas das vezes eles entram no bairro sem motivo, só para implicar com os putos, com o

pessoal. Se eles entrarem aqui de uma maneira civilizada, e fizerem o trabalho, tenho a certeza que não levam com pedras, com garrafas.”

Provocações nas rusgas

Ana fala por ela e por outras mulheres. Há mais quem queira desabafar. Daniela, 31 anos, dois filhos, um com dez e outro com nove, relata ter vivido ela própria a experiência de abuso policial numa das operações. Acusa: “Estão a dar a volta ao bairro, quando lhes apetece, param, chamam nomes aos miúdos, ficam a provocar as pessoas e depois vêm fazer essas intervenções com 50 polícias sem identificação. Entram dentro dos cafés, mandam todas as pessoas saírem: é crianças, idosos, é tudo!”

Há um par de meses, Daniela saiu do trabalho, foi tomar um café e “correu mal”: “Assim que comecei a beber o meu café, entrou uma polícia e começou a gritar: ‘Já para a rua.’ Ainda olhei e disse: ‘Bem, mas que intervenção é esta?’ Passados dois minutos, ele começou a empurrar as pessoas, a bater assim com o cassetete em toda a gente, e saíram todos para a rua, em fila indiana.” Eram 21h30. “Meti a mão ao pé dos ombros, e depois a rapariga polícia veio ao pé de mim e começou a gritar: ‘Estás a brincar comigo? Isso é a mão na parede?’” Daniela diz que pouco depois levou com o cassetete. “Ficou a mandar-me chutes para afastar as pernas.” Teve de respirar fundo. “Já estava nervosa com a situação, porque tenho ataques de pânico.”

Diz que dezenas de pessoas ficaram assim umas duas horas. Sentiu-se mal. “Comecei a tremer, já não estava a conseguir ficar de pé.” Indignada, comenta: “O normal é revistarem, verem que as pessoas não têm nada e cada um vai para o seu caminho. Mas não: meteram as pessoas na parede.” Daniela revolta-se: “Só se vê em bairros sociais e aqui no Casal da Mira, porque se formos a outros bairros não se vêem essas coisas.” Duas semanas depois, diz, a polícia voltou, pondo de novo as pessoas contra a parede. “Nesse dia só me mandaram tirar a identificação. Já eram outros polícias, muito mais calmos.”

Há dias, estava a PSP a fazer uma intervenção e os miúdos na rua a andar de trotinete, descreve. Já é frequente assistirem a estes episódios. Antigamente, o seu filho de nove anos “cada vez que via um polícia ficava contente e cumprimentava”. Chegou a mascarar-se de agente da PSP. “Agora, para ele, um polícia é uma coisa má.”

Também a relação de Daniela com os agentes mudou. Tem medo. A presença musculada e

episódios como o que se passou fazem com que os miúdos vão crescendo revoltados, considera. “Não se sentem protegidos.”

A alguns quilómetros dali, também na Amadora, vive Flor, de 39 anos, mas a razão por que quer “muito dar esta entrevista” prende-se com um episódio que se passou no Casal da Mira com o irmão de 16 anos, para quem é uma segunda mãe. “Sei que os miúdos, de vez em quando, portam-se mal. A polícia tem de agir. Mas também não é assim.” Assim como? “Maltratam e depois, à frente da família, mentem – desculpe, mas mentem.”

Acusa a polícia de agredir o irmão em Novembro: “Bateram, rasgaram a roupa, maltrataram.” Ligaram-lhe pelas três e tal da madrugada. Ela foi ter com o irmão à esquadra. O que lhe contou? Que estavam na rua a jogar às cartas, veio um carro da polícia e parou. “Como eles têm receio, correram. Separaram-se e ele foi para um prédio tentar esconder-se. E foi aí nesse prédio que depois lhe bateram.”

Coração nas mãos

O casaco do irmão estava “todo rasgado” na esquadra. Acusa também a polícia de lhe arrancar cabelo. “Para os polícias, os miúdos são monstros. Eles têm de pensar que são filhos de pessoas, como os deles. É uma revolta enorme.” Flor é também mãe de um rapaz. Diz, como Ana, indignada: “Se nós, os pais, não podemos bater, porque é que eles batem?”

Hoje vive com ansiedade. “Tenho medo de encontrar o meu filho ou o meu irmão mortos. Ando todos os dias com o coração na mão. Sempre que o meu filho me liga, o meu irmão me liga, fico a pensar que aconteceu alguma coisa.”

O irmão apresentou queixa ao Ministério Público. Não aceita o que aconteceu. A família está revoltada e preparada para a demora dos processos judiciais. “Queremos justiça.”

“Mesmo que o dinheiro não chegue, pedimos dinheiro ao banco, pagamos pouco a pouco, mas temos de fazer justiça.”

A antropóloga Ana Rita Alves afirma sobre estes casos: o sistema não responde a todos os cidadãos de maneira igual. Muitas famílias não chegam a apresentar queixa, refere. E, se apresentarem queixa, por causa da morosidade dos processos, um episódio “traumático para a família” pode arrastar-se anos e traduzir-se “numa espera muito grande em termos processuais”. Para mais, em tribunal “são muitas vezes acompanhados por um processo gigante de criminalização da →

Destaque Violência policial

vítima”. “É natural que a maior parte das pessoas queira simplesmente pôr para trás das costas e continuar a viver a sua vida.”

O que se passa no Casal da Mira preocupa-a, porque leva a uma ideia de escalada. “O meu receio é até onde vai a escalada e quais são as consequências.” As pessoas “podem estar a voltar para casa do trabalho às 11h da noite e haver um cordão policial no qual vão ser obrigadas a entrar e serem revistadas. Isto molda e informa a experiência destas moradoras, mães, jovens e crianças com o Estado – porque é o Estado português que a polícia representa quando entra pelo bairro adentro”, sublinha. “A violência policial é física, mas também é simbólica e é muitas vezes através do exercício dessa violência que se reifica a desumanização e ideias de não-pertença. Portanto, isto é só mais uma ferramenta nessa engrenagem.”

E conclui: “É verdade que a violência policial pode matar num ápice, mas, como nos diz a professora Vanessa Thompson, pode estender-se no espaço e no tempo. Seja no hospital ou no tribunal, seja no coração que passa a bater mais rápido, da ansiedade e do medo. Como qualquer outra tragédia que se abata sobre alguém, a violência policial vai ter um lastro para o resto da família que se traduz em vários tipos de sentimentos, em que o sofrimento é bastante presente.”

A Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta fez várias recomendações sobre a protecção das crianças na exposição à violência dentro dos seus contextos familiares e sociais. Perguntamos a Maria João Leote se há recomendações especificamente dirigidas à actuação da polícia nestes bairros. “Da análise das audições e dos dados estatísticos, aponta-se a necessidade de redefinir os programas de policiamento de proximidade para uma melhor resposta às necessidades das zonas em que são implementados”, refere. “Reafirma-se a importância de, na formação e prática das polícias, haver orientações sobre os cuidados a ter nas “intervencções presenciadas por crianças e jovens”.

O PÚBLICO enviou várias questões ao Ministério da Administração Interna. “Que medidas existem nesta política para que o resultado do que querem combater não acabe por reforçar o estigma sobre a população juvenil de determinados territórios, nomeadamente jovens negros?” era uma dessas questões que ficaram sem resposta.

70 mortes às mãos da polícia em 24 anos

Ciganos e negros têm 43 e 21 vezes mais probabilidade de serem mortos pela polícia

Joana Gorjão Henriques

Estudo inédito da antropóloga Ana Rita Alves mostra viés racial da polícia, para o qual relatórios internacionais têm alertado

Em Portugal, uma pessoa cigana tem 43 vezes mais probabilidade de ser morta pela polícia do que uma pessoa não cigana. E uma pessoa negra tem 21 vezes mais probabilidade de ser morta pela polícia do que uma pessoa não negra. Em termos absolutos, 36% das mortes no decorrer ou como consequência de intervenções policiais entre 1996 e 2020 foram de pessoas não brancas.

Na sua tese de doutoramento entregue em 2022 e com dados até 2020 – *Para lá da Perda: Raça, Deslocamento e o Político* –, a antropóloga Ana Rita Alves, doutorada pela Universidade de Coimbra, chega a estas conclusões inéditas que confirmam a discriminação racial da parte da polícia para a qual muitos relatórios internacionais têm chamado a atenção de Portugal.

São o tipo de dados que existem em países como os Estados Unidos da América, onde é possível fazer estas estatísticas porque existe uma recolha sistemática de dados de base étnico-racial. Mas, até agora, nunca ninguém tinha chegado ao cruzamento de números das mortes às mãos da polícia e a origem étnico-racial das vítimas em Portugal.

Ana Rita Alves ressalva: “O retrato que faço é o retrato possível. O que colegas têm feito, e que fiz no que toca à população negra, por exemplo, é um *proxy* entre nacionalidade e raça. Mas sabemos que este método invisibiliza as pessoas negras já nascidas em Portugal ou as pessoas brasileiras negras.” Em relação à população cigana, usou os dados estimados pela Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Nem a PSP nem o Ministério da Administração Interna (MAI) comentaram estes dados – a PSP respondeu que desconhecia o estudo, o MAI remeteu para a PSP.

Para chegar a esta análise, Ana Rita Alves fez um levantamento sistemático dos dados dos relatórios da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) – a polícia das polícias criada em 1995 para monitorizar a acção policial – e das mortes que estão nos arquivos da organização activista SOS Racismo. Cruzou-os com dados do Censos de 2021 e com estimativas, à



Agentes da Unidade Especial de Polícia em bairros da região de Lisboa

altura, que apontavam que 0,4% da população é de origem cigana e 0,9% é negra.

Para comparar os dados da IGAI com os do SOS Racismo, abreviou a linha de tempo dos dados do SOS (1991-2021), fazendo-a coincidir com os da IGAI (1996-2020). Na sede do SOS Racismo há um arquivo sobre violência policial baseado sobretudo em recolhas de notícias. “Este arquivo permite identificar a origem étnico-racial de algumas das vítimas” que constam nos dados da IGAI.

Em relação ao SOS Racismo, ressalva que se trata de um arquivo sobretudo metropolitano e portanto, a

36%

Percentagem de pessoas não brancas no total de mortes em intervenções policiais em Portugal entre 1996 e 2020

priori, “há uma sub-representação das outras regiões”. Sobre a IGAI, sublinha que “muitas vezes parece haver pequenas discrepâncias nos dados de ano para ano”. Assim, entre 1996 até 2020, foram registados pela IGAI 3989 casos de ofensas à integridade física, 127 ferimentos com arma de fogo e 70 mortes pela polícia.

O número de pessoas negras mortas pela polícia em Portugal nessas datas corresponde a 19% do total dos casos registados pela IGAI, ao passo que o das pessoas de origem cigana corresponde a 17% do total. Juntas, significam 36% do total das mortes, o “que mostra claramente uma sobre-representação”.

O caso da Amadora

Se olharmos exclusivamente para os números absolutos do arquivo do SOS entre 1991 e 2021, “que funcionaríamos como uma amostra”, verifica-se que, em 364 ocorrências, 107 sabemos que aconteceram com pessoas negras, 36 com pessoas ciganas/roma, 26 com pessoas migrantes não-negras, 38 com pessoas brancas. Sobre 157 não

há informação concreta. Praticamente metade do total das ofensas aconteceu com pessoas negras e ciganas. Conclui ainda que dos 46 baleamentos registados no período analisado, dez pessoas eram negras e sete eram ciganas – o que corresponde a 22% e 15%, respectivamente. Dos 242 casos de agressões, 78 eram pessoas negras e 16 eram ciganas (32% e 7%).

Mas a autora foi mais longe na análise do arquivo do SOS, e distingue os dados por território. Lisboa aparece naturalmente com a maior representação nas ocorrências. Segundo o Censos, Lisboa tinha cerca de 544 mil habitantes e a Amadora, em terceiro lugar, não chega aos 172 mil – e, no entanto, é o segundo concelho mais representado nas ocorrências de violência policial analisadas, já que entre 1992 e 2013 houve oito mortes às mãos da polícia, “naquele que é um dos municípios onde se sabe que mais queixas por agressão policial são arquivadas”.

E nomeia: António Sebastião, doente evacuado, morreu baleado na Damaia em 1992, Amílcar Bacai em Alfragide (1993), Ângelo Semedo na Cova da Moura (2001), Carlos Reis no Bairro do Zambujal (2003), José Carlos Vicente na Reboleira (2004), Elson Sanches na Quinta da Lage (2009), Ana Paula, mulher cigana, no Bairro do Zambujal (2008) e Diogo Seidi (2013) depois de ter sido alegadamente espancado na Reboleira. “Todos morreram prematuramente, demasiado jovens e, na sua grande maioria, de ou em bairros autoproduzidos.”

Depois, estão registados nove baleamentos – excepto num dos casos, todos em territórios autoproduzidos, um no Bairro da Cova da Moura, quatro nas Fontainhas e três no Bairro 6 de Maio. Há também registos de 34 agressões, 18 das quais contra pessoas negras e uma cigana. Além do mais, 15 dos casos aconteceram em espaços autoproduzidos e um nas imediações; cinco no Casal da Boba, ou nas imediações, “todas pessoas não brancas”.

“O que esta pequeníssima amostra nos conta é que é mais provável que as autoridades puxem de uma arma num território autoproduzido”, analisa. “Isso revela a legitimação pública e política do exercício quotidiano da violência em determinados territórios e as percepções de perigosidade por parte da própria polícia. Confirma a importância da intersecção entre corpo e território e o modo como o viés racial influencia a acção securitária e policial em Portugal e, em particular, na Amadora.”